

BB SPECIAL

O destino da região é uma coisa muito séria para ficar nas mãos de meia dúzia

Os caciques da Amazônia

João Sant'Anna

A campanha contra a internacionalização da Amazônia foi uma das grandes bandeiras da esquerda nos anos 60: o inimigo eram os missionários estrangeiros e os americanos que queriam afogar a floresta no imenso lago imaginado pelo gordo gênio do Hudson Institute, Herman Kan. A Igreja Católica, diziam, era cúmplice, pelo silêncio.

Um militante dessa esquerda festiva que fosse transportado para o final dos anos 80 ficaria perplexo e correria o risco de engrossar a manifestação errada: hoje é a direita que protesta contra a internacionalização da Amazônia, insidiosamente tramada pelos padres católicos do Cimi, dizem os direitistas.

A história desta confusão amazônica, que vestiu conservadoras batinas numa suposta esquerda e pôs a direita a gritar slogans até então esquerdistas, mostra que as campanhas ideológicas são armadilhas vazias que confundem mais do que explicam, porque escondem o principal.

É o principal hoje na Amazônia, onde todos os caciques são brancos, e a disputa pela terra dos índios e pelos minérios — ouro, diamantes, cassiterita, nióbio, uma lista interminável — que a natureza, Deus ou o diabo enterrou na floresta: 40 bilhões de dólares, só em reservas conhecidas. Dinheiro para virar a cabeça de qualquer cacique.

A Constituição, mesmo a da ditadura, de 24 de janeiro de 1967, é clara: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto

exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes" — diz o artigo 198. Mas, como tantas outras leis brasileiras, esta também não pegou e, no vácuo entre a Constituição velha e a nova que ainda não foi feita, cada cacique sonha o seu sonho.

Os padres católicos, que no passado ajudaram a massacrar os índios sob o pretexto de levar-lhes a palavra do Cristo, sonham agora com um primitivo paraíso amazônico, eternamente protegido dos males da civilização, onde reinariam como deuses aprendendo com os índios o segredo de viver.

Os burocratas sonham ser mais que ministros, decidindo além de sua competência e à revelia do cidadão que lhes paga o salário, qual a parte que caberá a seus amigos nesta partilha amazônica e sonhando com os favores que receberão em troca.

Os militares sonham o sonho de sempre, com o poder, que os ventos da democracia, ainda brisas, tendem a transformar em fumaça. Os garimpeiros, centenas de milhares, tocados para a última fronteira pelo fim do milagre, sonham sobreviver e — por que não — ser ricos. As empresas sonham o sonho do controle desse eldorado amazônico, que, na verdade, é propriedade da nação brasileira — o capital necessário para o país saltar sobre o fosso do subdesenvolvimento e entrar um pouco mais justo no século 21, assim como o ouro das Américas foi decisivo, nos séculos 17 e 18, para a expansão capitalista.

Como o choque desses sonhos pode transformar-se num pesadelo de proporções amazônicas, talvez seja a hora desses senhores pararem de sonhar e deixar a decisão com quem foi eleito para decidir. Afinal, o destino da Amazônia é uma coisa muito séria para ficar nas mãos de meia dúzia de caciques.



Rubem Bayma Denis, ministro-chefe do Gabinete Militar da presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional.

■ A exposição de motivos do Projeto Calha Norte, de ocupação militar e de infra-estrutura comunitária ao longo dos 6 mil quilômetros da fronteira norte brasileira, traz sua assinatura. O projeto destaca a fraca presença militar brasileira na região, a necessidade de ocupar a fronteira com colonos e as preocupações com a projeção do conflito Leste-Oeste na região, por conta da presença de estados socialistas, e com um movimento de internacionalização da área dos índios Yanomámis, ao longo da fronteira com a Venezuela no Território de Roraima e no Estado do Amazonas. É acusado pelo Cimi de abrir caminho para a extinção de vários povos indígenas com o critério de "razoabilidade" para a definição das terras dos índios: apenas 100 hectares de terra para cada família, o mesmo módulo do Incra. O Conselho de Segurança Nacional tem sido o foro onde se tenta compatibilizar os vários interesses conflitantes de mineradoras, garimpeiros e padres. É, em última instância, quem toma as decisões realmente importantes na Amazônia.



Erwin Krautler, bispo, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão que coordena o trabalho missionário da Igreja Católica junto aos índios.

■ Alvo principal da campanha ideológica desencadeada contra os **padres-estrangeiros-marxistas e subversivos-que-querem-internacionalizar-a-Amazônia e impedir-que-o-Brasil-explore-os-seus-minérios.** Por ser progressista e austríaco, querem crucificá-lo. Reagiu à portaria da Funai que suspendeu a renovação de autorização para missionários atuarem em áreas indígenas, afirmando que só tem compromisso com os índios. Disse que o Cimi não abandonaria as áreas indígenas e lembrou que a Funai nunca se preocupou com as dezenas de missões estrangeiras protestantes que atuam em todas as áreas indígenas dentro e fora da Amazônia. Estão sob a tutela do Cimi os padres que atuam em Roraima, maior foco de tensão com fazendeiros e mineradoras. A área do Alto Rio Negro, na Cabeça do Cachorro, que sempre foi controlada pelos salesianos, com muito prestígio junto à FAB, está agora sob a orientação do Cimi.



Otávio Cavalcanti Lacombe, o mais poderoso minerador privado brasileiro.

■ É dono da Paranapanema, empreiteira que construiu trechos da rodovia Manaus — Porto Velho e Perimetral Norte, no início dos anos 70, entrando em seguida na área de mineração. Muito amigo do então ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, tinha fortes ligações com o governo militar. A Paranapanema foi pioneira na entrada das empresas na província estanífera do Território de Rondônia, que mobilizou aviões Búfalo da FAB e tropas do Exército para retirar cerca de 35 mil pessoas envolvidas com os garimpos. As empresas levaram 8 anos para voltar às 7 mil toneladas anuais que os garimpeiros produziam. A Paranapanema opera a maior mina de cassiterita do mundo, Pitinga, em Roraima. Opera também duas das mais promissoras reservas de ouro no noroeste do Amazonas: Caparro e Traíra, onde uma reportagem da revista Veja pôs fim à atuação da empresa de segurança Sacopá, que empregava dois coronéis e um tenente da ativa. No congresso dos mineradores, em São Paulo, há poucos dias, Lacombe propôs a criação de uma polícia mineral.



José Belfort Bastos, diretor-geral do Departamento de Produção Mineral (DNPM)

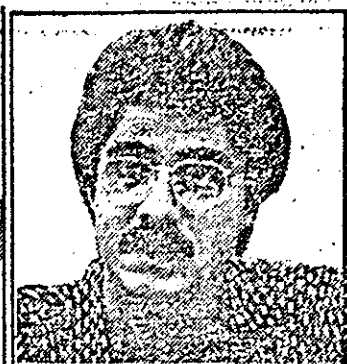
■ No ano passado, recebeu o principal prêmio do Instituto Brasileiro de Mineração, entidade que defende os interesses das empresas de mineração nacionais e multinacionais que atuam no país; foi escolhido o Minerador do Ano. Tem tanta sustentação que conseguiu o prodígio de atropelar uma decisão do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao qual está subordinado, abrindo as terras indígenas às empresas mineradoras, através de uma portaria conjunta DNPM — Funai. Foi obrigado a voltar atrás, mas ironizou a disposição de Aureliano — "Eu não sabia dos compromissos políticos do ministro" — afirmou e continuou no cargo. Foi indicado para o DNPM, na composição da Aliança Democrática, pelo governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho. É geólogo. Seus jovens seguidores no DNPM são conhecidos como Belfort boys.

JB

16/08/87

1ª p.

173



Romero Jucá Filho,
presidente da
Fundação
Nacional do Índio
(FUNAI)

■ Segundo suas próprias palavras, veio para tirar a Funai das páginas policiais dos jornais. O começo de sua administração foi marcado pela denúncia de afastar a Funai dos índios, ter 15 secretárias e reequipar seu gabinete com luxo. A portaria que assinou com José Belfort, do DNPM, em 18 de maio, abrindo as áreas indígenas às mineradoras, revelou sua competência como economista, criando uma fonte inesgotável de recursos para a Funai: em troca da entrada na terra dos índios, as empresas se comprometiam a custear as despesas dos técnicos da Funai designados para acompanhar seu trabalho e concordavam em entregar ao órgão um percentual, a ser estabelecido, sobre o valor do minério explorado. Caberia à Funai fiscalizar o pagamento, recolher o dinheiro, administrá-lo e aplicá-lo onde considerasse mais necessário. A portaria também dava às empresas poder de polícia para proteger as áreas indígenas de possíveis invasões. No dia 1º de julho foi baixada outra portaria que permite à Funai impedir a entrada ou retirar missionários das áreas indígenas, que ainda não teve efeitos práticos.



José Altino Machado,
presidente da
União das
Associações e
Sindicatos de
Garimpeiros da
Amazônia Legal,
que diz ter 600 mil
filiações

■ Piloto, dono de uma empresa de táxi aéreo e com interesses nos garimpos, é o enfant terrible da área mineral. No carnaval de 1985, invadiu a serra do Surucucu em Roraima, quando percebeu que a área, de onde garimpeiros haviam sido retirados por ser região de índios yanomâmis, ia ser entregue à empresa de mineração de Antônio Dias Leite Neto e Ike Batista, respectivamente, filhos do ex-ministro das Minas e Energia e do então presidente da Vale do Rio Doce. Foi preso pela polícia federal e responde por crime de formação de quadrilha. O Cimi pediu contra ele um novo inquérito neste mesmo processo. Também está sendo processado por José Belfort, do DNPM, com base na Lei de Imprensa. Defende a imediata demarcação das terras indígenas, antes da discussão sobre a conveniência ou não de explorar minérios nessas áreas. É acusado pelas mineradoras de estimular invasões de garimpeiros em áreas de empresas com alvarás. Acusa a Funai de encolher e espichar áreas indígenas para favorecer mineradoras e prejudicar garimpeiros.